



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Formação de Educação Ambiental para Gestores
Educacionais nas Unidade Escolares da rede
Estadual de Palmas-TO**

MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

EENDRIK LIMA GOMES

**Palmas, TO, Brasil
2010**

**FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTORES EDUCACIONAIS
NAS UNIDADE ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE PALMAS-TO**

por

EENDRIK LIMA GOMES

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Claudemir de Quadros

**Palmas, TO, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTORES EDUCACIONAIS
NAS UNIDADE ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE PALMAS-TO**

elaborada por
Eendrik Lima Gomes

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Claudemir de Quadros, Dr.
(Presidente/Orientador)

Elena Maria Mallmann, Dr. (UFSM)

Marta Roseli A. Barichello, Dr. (UFSM)

**Palmas, TO, Brasil
2010**

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTORES EDUCACIONAIS NAS UNIDADE ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE PALMAS-TO

AUTOR: EENDRIK LIMA GOMES
ORIENTADOR: CLAUDEMIR DE QUADROS
Santa Maria/RS, 30 de julho de 2010.

Essa pesquisa teve como objetivo verificar, de forma qualitativa, o perfil da Educação Ambiental aplicada nas unidades escolares da rede pública da região central de Palmas, capital do estado do Tocantins. Acreditamos que a escola é um dos lugares mais adequados para a inserção das práticas educacionais inerentes ao meio ambiente. Um dos desempenhos mais respeitáveis da escola é sua força de influência e transformação em relação a conceitos da comunidade em que está inserida. Nesse contexto e, na temática ambiental, a escola oferece um impacto expressivo na sociedade, através da sua mais fiel tradução: o trabalho dos profissionais em educação, em função da abertura de caminhos de difusão com os alunos, que permitam reflexões sobre o papel destes, como cidadãos em relação ao meio ambiente. A responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades sócio-ambientais. Com o objetivo de subsidiar com aspectos teóricos e metodológicos a equipe formada por diretores, supervisores e coordenadores, para acompanhar os temas inerentes à Educação Ambiental nas Unidades de Ensino Público da rede Estadual de Palmas-To, tendo a necessidade de um curso de formação em Educação Ambiental para esses profissionais serem multiplicadores da Educação Ambiental e assim difundir informações sobre o meio ambiente através dos temas transversais e estimular a prática de atividades que envolvam a mesma. Observou-se que o curso de formação forneceu instrumentos que incentivem aos educadores a introduzirem em seu currículo, a temática ambiental, elaborando da Agenda Ambiental Escolar como ação do PDE e conseqüentemente, do plano político pedagógico da escola.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ensino; Formação de professores.

SUMÁRIO

Introdução	06
Movimentos ambientalistas	09
Evolução do pensamento ambiental.....	10
O movimento ambiental no Brasil.....	13
Fundamentos da educação ambiental.....	15
Função do gestor educacional.....	25
Papel do gestor educacional na educação ambiental.....	25
Definindo educação ambiental	26
A educação ambiental na atualidade	28
Metodologia	30
Cronograma	31
Programa de capacitação.....	31
Resultados alcançados.....	34
Considerações finais.....	37
Referências	39
Anexos.....	41

1- INTRODUÇÃO

A trajetória do ser humano na Terra é marcada pela ocupação e uso da natureza com o fim específico de garantir a sua própria sobrevivência. Ao longo do tempo, foram evoluindo as formas de “posse” dos recursos naturais e o homem passou a adotar um comportamento cada vez mais predatório, ignorando a possibilidade de escassez e extinção dos bens que lhe garantiam a vida e a dos seus semelhantes.

A partir da Revolução Industrial e do processo de urbanização no mundo, começaram a surgir os sinais de que a exploração dos recursos naturais para atender as necessidades humanas impactava o meio ambiente e se constituía em problemas ambientais. Desde então, o pensamento ambiental, que surgira timidamente com a revolução científica, se intensifica e desencadeia inúmeros movimentos ambientalistas no mundo para discutir a questão ambiental e o modelo hegemônico de desenvolvimento.

Percebe-se então que o modelo de desenvolvimento assimilado pelas sociedades estabeleceu uma relação de exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem (ANDRADE, 2001), em que prevalece a racionalidade econômica em detrimento do desenvolvimento social, numa busca constante de maximização dos lucros com uma visão antropocêntrica que põe em risco os demais sistemas vivos e o próprio equilíbrio das relações que sustentam a vida na Terra. Este modelo de desenvolvimento hegemônico e predatório gerou uma forte crise ambiental manifestada, sobretudo, pela incerteza da sobrevivência das gerações futuras no planeta em virtude da escassez dos bens naturais e do desequilíbrio sócio-ambiental já existente.

Em todas as discussões ocorridas no sentido de recuperar, minimizar ou preservar a fonte de recursos, a educação foi apontada como o pilar central das estratégias de promoção dos valores e comportamentos sociais de modo que fosse garantido um desenvolvimento harmônico com a natureza, baseado no princípio de racionalidade, da solidariedade, da responsabilidade, da cooperação e da

participação e que promovesse o crescimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social.

Dentre os grandes eventos internacionais realizados para discutir o papel da educação na promoção de um futuro sustentável, destaca-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, realizada pela UNESCO e PNUMA em 1977. Aqui a Educação Ambiental ganha enfoque global enraizado numa base interdisciplinar e reconhece a existência de uma profunda interdependência entre o meio natural e o meio artificial. A Declaração aprovada nessa Conferência enfatiza que a Educação Ambiental deve “preparar o indivíduo mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, possibilitando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente considerando os valores éticos” (MEDINA, 2001).

Outro importante evento que fortaleceu a discussão da Educação Ambiental foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, que deu origem a um dos principais documentos que expressam a preocupação com o meio ambiente: a Agenda 21. Nela, o seu capítulo 36 (MEDINA, 2001), trata da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento e reconhece que tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas para que estas tenham capacidade de avaliar e abordar os problemas do desenvolvimento sustentável.

Princípio, diretrizes e estratégias de Educação Ambiental foram implantados em diversas escalas temporais e espaciais, desencadeando uma série de políticas, programas, tratados, leis e decretos que determinam e norteiam a introdução da Educação Ambiental na Educação formal, não-formal e informal em todo tipo de comunidade, passando necessariamente por um processo *a priori* de formação de educadores, uma vez que esse tema não se constitui uma área específica do conhecimento e as pesquisas nesse campo só se intensificaram após os gritos de alerta dos movimentos ambientalistas, especialmente, a partir da década de 80.

O processo de formação e educação ambiental passou por várias vertentes: aquelas de caráter mais conservacionistas, preocupadas apenas com a preservação dos ecossistemas vivos, numa visão ecocêntrica; aquelas com maior enfoque na

satisfação humana, extremamente antropocêntrica e aquelas que procuram o bem-estar social sem, contudo, degradar o meio ambiente, numa perspectiva solidária com as gerações futuras. Naná Medina (1997), ao analisar a evolução histórica da Educação Ambiental, classificou-a em duas grandes vertentes: uma ecológico-preservacionista e outra sócio-ambiental.

Mesmo com diferentes visões e conceitos vários, o objetivo da Educação Ambiental sempre caminhou no sentido de dar condições à sustentabilidade planetária, de ser o diferencial no campo teórico da discussão ambientalista e de ser imprescindível no contexto do desenvolvimento sustentável, definido pelo Relatório Brundtland como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (GADOTTI, 2002).

Mesmo reconhecendo que é uma necessidade e instituída por Lei, a ação da Educação Ambiental não se expressa de forma positiva, ou pelo menos não tanto quanto deveria, já que os problemas ambientais, ao invés de diminuir, têm aumentado. Nesse sentido, partindo da hipótese de que a Educação Ambiental ainda não se concretiza de forma plena nas escolas, de modo a promover ações realmente transformadoras no que diz respeito aos aspectos sócio-ambientais, esse trabalho visa analisar a atuação interventiva das escolas da área central de Palmas frente aos problemas socioambientais locais, mais especificamente no tratamento dado ao problema das queimadas urbanas, que ocorrem de forma intensa em toda a cidade no período de estiagem, interferindo diretamente na qualidade de vida da população. Chamamos aqui de atuação interventiva às ações pedagógicas de abordagem relacional que criam condições para que o educando construa um conhecimento integrado, considerando todas as dimensões dos processos constituintes da realidade que o cerca, e atua na prática para sua superação ou transformação. A crescente preocupação com a questão ambiental tem aumentado as expectativas quanto à valorização da mesma, uma vez que a cada dia tornam-se mais evidentes as agressões constantes que ora vem sofrendo o meio ambiente.

O homem destrói seu planeta em nome do progresso. Por falta de consciência, a terra foi poluída em seu solo, suas águas e seu ar. Em face deste quadro de desrespeito e destruição, ações decisivas devem ser viabilizadas a fim de revertê-lo, pois esta situação tende a se agravar em função da ruptura do ser biossocial, enquanto elemento integrante do planeta e principal responsável pelo futuro comum.

O presente projeto de formação de multiplicadores para Educação Ambiental, além de ser uma necessidade, é uma exigência legal para os profissionais da educação, conforme Lei 9.795 de 27/04/99, Cap. II, Artigo 11, parágrafo único que preconiza: “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, o qual integra também os objetivos do Programa Estadual de Educação Ambiental”.

Instrumentalizar os professores de ensino médio e fundamental das escolas urbanas e rurais, visando a incorporação da temática ambiental de forma interdisciplinar em seu currículo e capacitar recursos humanos para atuar na implantação e desenvolvimento do programa, são atividades aqui propostas, que serão somadas às experiências de cada educador.

O acesso será através dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Parâmetros em Ação para o Ensino Fundamental e no Ensino Médio, através da elaboração de projetos e programas.

1.1 Movimentos ambientalistas

O modelo de desenvolvimento hegemônico e predatório gerou uma forte crise ambiental manifestada, sobretudo, pela insegurança da sobrevivência das gerações futuras no planeta, em virtude da escassez dos bens naturais e do desequilíbrio sócio-ambiental já existente. Como resultado dos conflitos sócio-ambientais que emergiram nas últimas décadas do século XX, surgiram movimentos sociais caracterizados por suas lutas políticas na reivindicação de novos modelos de produção, novos padrões de consumo, pelo respeito à natureza e pela justiça social, garantindo assim a sustentabilidade da Terra. Essa transformação radical deve ter

como suporte o processo educacional, apontado como estratégia fundamental rumo a sustentabilidade.

1.2 A Evolução do pensamento ambiental

A preocupação com a questão ambiental, não teve início com a visibilidade da degradação ambiental gerada pelo atual modelo de desenvolvimento. Na verdade, ela já vem de muito longe, quando, no início da era cristã, começaram a ocorrer as quebras de safras de culturas e erosão do solo em Roma. A natureza também foi objeto de estudo da evolução científica, desde o desenvolvimento do conceito heliocêntrico de Nicolau Copérnico, passando pelo método reducionista e mecanicista que envolvia a descrição matemática da natureza, posteriormente corroborado por Isac Newton na sua obra “Os Principia”, contendo definições e descrições da natureza. Acreditando na harmonia inerente entre homem e natureza, o físico Albert Einstein publicou no início do século XX a teoria da relatividade e dos fenômenos atômicos, que posteriormente originariam a teoria quântica, baseada no princípio de que os elementos da natureza são interdependentes, contrariando a teoria cartesiana. Mais tarde, no final da década de 30, o pensamento sistêmico tornou-se mais expressivo pelas idéias do biólogo austríaco Ludwing von Bertalanffy formulando a “Teoria Geral dos Sistemas” que fundamenta e impulsiona a discussão ambiental em âmbito científico. (ANDRADE, 2001)

Efetivamente, o movimento ambientalista foi desencadeado no período pós-guerra, identificado por ações como o lançamento do livro **Uma Sociedade para o Futuro** que alerta para uma organização social pautada em novos comportamentos e valores; a realização da Convenção Internacional para Regulamentação da Pesca da Baleia, preocupada em salvaguardá-las para as futuras gerações; a consideração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que trata, no artigo 25, dos direitos humanos de garantir a qualidade de vida para si e a sua família; a publicação da obra **A Ética da Terra**, em 1949, por Aldo Leopoldo, considerado o patrono do movimento ambientalista, pela sua visão ética holística; a realização da Convenção Internacional para Prevenção da Poluição do Mar por Óleo, que visou regulamentar o tráfego marítimo e assegurar o potencial pesqueiro, considerado o primeiro tratado contra poluição em defesa do meio ambiente.

Os movimentos ambientalistas se intensificaram a partir da década de 60 e foram influenciados, em grande parte, pela publicação do livro **Primavera Silenciosa** da americana Rachel Carson, que denunciava as graves conseqüências do uso excessivo de agrotóxicos. Nesta mesma década, uma iniciativa que reuniu pessoas de dez países com o objetivo de discutir e refletir sobre a crise ambiental e suas implicações para o futuro da humanidade fez surgir o Clube de Roma que, em 1972, publicou o livro **Limites do Crescimento**, obra em que expressavam a preocupação com um colapso global proveniente de um aumento populacional cada vez mais consumista.

Eclodiram ainda nos anos 60 e 70 inúmeros movimentos e manifestações libertárias de várias classes sociais que extrapolaram a territorialidade dos estados e se apresentaram de forma global, protestando contra a corrida armamentista, a poluição, a situação da Antártida, o desmatamento, o uso intensivo de agrotóxico, o crescimento populacional, o complexo industrial nuclear, o racismo, a concentração de renda e criticando severamente não só o atual modelo de produção, mas também o modelo de vida dele decorrente.

Outras duas importantes contribuições com os movimentos ambientalistas foram as publicações do manual **Um lugar para viver**, com enfoque na qualidade de vida, e **Ecologia Básica**, de E. P. Odum, que até hoje é uma referência mundial para a discussão ambiental.

Considerada como o marco dos movimentos ambientalistas, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo/Suécia, em 1972, com representação de 113 países, projetou algumas recomendações que orientaram o rumo da discussão sobre o meio ambiente. Aqui a educação foi, pela primeira vez, apontada como estratégia imprescindível para garantia de um futuro sustentável. Surgiu também nesse advento o termo “ecodesenvolvimento” face à necessidade de se optar por um tipo de desenvolvimento menos agressivo à natureza.

Em 1973, o filósofo ecologista norueguês Arne Naess disseminou uma nova corrente do pensamento ambiental conhecida como **Ecologia Profunda**, que transcende a visão antropocêntrica de proteção ambiental e adota a cosmovisão

ecocêntrica, que valoriza todas as formas de vida. A natureza passa a ser vista com um valor em si mesma, independentemente de sua utilidade econômica. Esta corrente influenciou profundamente o modo de pensar e agir dos ambientalistas, reforçando uma concepção qualitativa da vida e da sustentabilidades do planeta.

Outro fator que despertou os movimentos ambientalistas mundiais foi a crise do petróleo ocasionada pelo aumento do preço desse produto. Essa crise levou os países mais desenvolvidos a investirem em energia nuclear com ameaça de risco ao meio ambiente. Essa política acabou por fortalecer os movimentos que se preocuparam com os problemas resultantes desses investimentos.

A crise ambiental propagada pelos movimentos ambientalistas refletiu no surgimento de muitas alternativas para o desenvolvimento sustentável, dentre as quais podemos citar a recomendação do órgão americano de pesquisa em energia para a utilização de energia solar em substituição da energia fóssil combustível; a fracionalização dos grandes negócios em pequenas unidades de trabalho como fator de promoção de mais emprego; as alternativas apontadas no documento: **Que Faire** (Que Fazer), publicado em 1974 pela 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas; na Declaração de Cocoyoc, de 1974 apresentada na reunião Founex II; e nos documentos da Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente, em Tbilise, onde foi discutindo o caráter da Educação Ambiental no processo de reeducação da sociedade (ANDRADE, 2001).

No cerne desta questão proliferaram e expandiram organizações governamentais e não-governamentais preocupadas com a questão ambiental e se engajaram nos movimentos. Desta forma os movimentos ambientalistas extrapolaram os limites de classes, recebendo a adesão de representantes diversos da sociedade: estudantes, operários, funcionários públicos, empresários, executivos, gestores públicos e privados, homens e mulheres indistintamente, comunidades indígenas, negros e minorias étnicas, crianças, jovens, adultos e aposentados sem limites de idade, mas com um único pensamento convergente: salvar o planeta das agressões humanas.

Novas estratégias, acordos, perspectivas, negociações e relações foram e estão sendo propostas e construídas, envolvendo os vários setores da sociedade, culminando, inclusive, com a criação de Partidos Verdes. Os chamados partidos verdes inserem no contexto político as discussões a cerca dos problemas

ambientais e conquistaram adeptos no mundo inteiro pelo seu caráter transformador da cultura política vigente, em busca da realização de um sistema de valores sócio-políticos pós-materialistas. Boff (1996) diz que os verdes conseguiram inserir a questão ambiental no campo político, constituindo-se em partidos e fortalecendo a causa ambiental, ausente nos demais partidos. Por meio dos partidos verdes, foram introduzidas críticas ecológicas à economia, à política e ao modelo de sociedade exploratória.

Outras publicações desencadeadas pelos movimentos chamaram atenção da comunidade internacional para a necessidade de desenvolver políticas contra a degradação ambiental, como o *State of the World* do Worldwatch Institute dos Estados Unidos; os documentos da Conferência de Viena sobre problemas ambientais e saúde humana; as recomendações da II Conferência Mundial sobre Educação Ambiental em Moscou, que reconheceram que os problemas do meio ambiente estão diretamente relacionados aos fatores sociais, econômicos e culturais vigentes. (ANDRADE, 2001)

O discurso do desenvolvimento sustentável levou à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro em 1992, popularmente conhecida como Rio 92, onde foi elaborado e aprovado um programa global, conhecido como Agenda 21, que regulamentou o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade, orientando uma política para a mudança global que busca dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento.

1.3 O movimento ambiental no Brasil

No Brasil, o primeiro registro de organização de movimento ambientalista foi a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN, em 1971, pelo agrônomo José Lutzenberg, uma organização não-governamental que tinha como principais objetivos a defesa da fauna e da flora, o combate do uso excessivo de mecanização do solo e do uso indiscriminado de agrotóxico e a preservação da beleza cênica. Mais tarde esse mesmo ambientalista escreveu o livro **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**, referencial teórico para os ambientalistas desde sua publicação em 1978 (ANDRADE, 2001).

Desde os anos 70, então, os movimentos ambientalistas se intensificaram no Brasil, deixando de serem setorizados e proliferando por todas as Regiões do país, protestando contra o desenvolvimento predatório vigente e em defesa dos direitos humanos e da preservação dos recursos naturais (ANDRADE, 2001). O fortalecimento desses movimentos foi evidenciado pela publicação da primeira revista **Pensamento Ecológico** pelo Movimento Arte e Pensamento Ecológico em 1978.

Outro fator que favoreceu o fortalecimento dos movimentos foram as idéias introjetadas pelos ex-exilados políticos ao retornarem ao Brasil depois de serem contagiados com os pensamentos ambientalistas no exterior, influenciando, inclusive, a criação dos partidos verdes no Brasil. Esses partidos são considerados representantes legais dos interesses ambientais, importantes na ecologização do pensamento da população e na inserção da temática na nova Constituição brasileira.

Na década de 80, os movimentos tiveram adesão da comunidade acadêmica e científica, quando participaram de discussões de temáticas sócio-ambientais de alta relevância, como a construção de grandes usinas e acordos nucleares, recebendo inclusive o apoio da classe média e, sobretudo, dos meios de comunicação, expandindo-se à medida que agravava a degradação ambiental. Esse reconhecimento fez com que os ambientalistas buscassem uma profissionalização e aprimorassem suas estratégias de ação firmadas em bases técnico-científicas, e não mais apenas em denúncias pontuais. (ANDRADE, 2001).

Foi por força dos movimentos ambientalistas que a Educação passou a ser o pilar central das discussões ambientais com vistas a mudanças no comportamento das pessoas e na construção de uma identidade coletiva e de uma cidadania planetária. A este respeito, afirma Sato (2004a:34), que

A Educação Ambiental deve configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações. Que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática.

A Educação Ambiental tem sido tema de debates nos principais eventos internacionais, a exemplo da Conferência de Tbilisi e da Rio 92, estabelecendo as diretrizes conceituais/metodológicas da Ecopedagogia, vista como um processo de educação contínua que dura toda a vida, orientada para o respeito à diversidade cultural e biológica na construção de uma cultura solidária com o planeta e todas as formas de vida que nele habitam, na formação de cidadãos planetários e de uma sociedade da espécie humana. Para Gutiérrez (2000), a ecopedagogia é a pedagogia que se preocupa com o equilíbrio do homem no ambiente onde vive, com seu semelhante, com a Terra e todas as espécies que nela habitam visando a sustentabilidade da vida; está orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana.

1.4 Fundamentos da educação ambiental

Nos dias atuais entendemos que a Educação Ambiental é uma estratégia educacional indispensável na formação de todos os cidadãos. Por meio desta educação, os indivíduos devem compreender a complexidade da vida real, as interdependências entre todos os elementos da Terra e as formas de relações que a humanidade estabelece nesse sistema vivo. Diante da crise ambiental atual, a Educação Ambiental recebeu o papel de orientar os indivíduos para a sustentabilidade, por meio da reflexão e da compreensão de uma nova visão de mundo, a partir da reconstituição do conhecimento e da reformulação do saber, numa perspectiva interdisciplinar, fundamental para a promoção da mudança que o planeta inteiro reconhece ser necessária e imediata. No entanto, foi preciso que a Educação Ambiental se sustentasse numa diversidade de embasamentos legais e instrumentos jurídicos para que ela fosse aceita e praticada como uma ação pedagógica. Hoje é a força da Lei 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), que torna obrigatória a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares e fora dele.

Ao longo dos anos, movimentos ambientalistas favoráveis à Educação Ambiental vêm realizando eventos de diversos níveis na tentativa de fortalecer esta estratégia, estabelecer suas diretrizes e, de fato, enraizá-la na sociedade como uma prática pedagógica trabalhando no sentido de promover uma transformação no

pensamento humano, nos hábitos e atitudes de toda a humanidade a favor de um mundo sustentável, mais justo, harmonioso e ecologicamente equilibrado.

Buscamos em Genebaldo Freire (2000) o histórico dessa luta pela emancipação da Educação Ambiental, que vem desde o século XIX, quando a preocupação ambiental se restringia a um pequeno número de estudantes, até o ano 2000, quando o autor publicou sua pesquisa. Após este período, acrescentamos novos eventos que complementam o percurso da institucionalização da Educação Ambiental, até os dias atuais.

Freire, em seu livro **Educação Ambiental – Princípios e Práticas** (2000), procurou catalogar, além dos eventos que provocaram gradualmente a degradação ambiental, um conjunto de ações e medidas ou publicações que chamariam a atenção do mundo para os problemas ambientais e reforçariam a importância de se inserir na agenda da educação e da política o tema meio ambiente como um recorte da realidade. De sua longa descrição, relacionamos aqui o que consideramos mais importantes para este trabalho:

- Em 1863, Thomas Huxley lançou o ensaio **Evidências sobre o lugar do homem na natureza**, que chamou a atenção para a interdependência dos seres humanos com os demais seres vivos;
- Em 1864, o diplomata George Perkin Marsh publicou o livro **O homem e a natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem**, documentando como os recursos do planeta estavam sendo esgotados e prevendo que tais ações levariam à exaustão da natureza;
- Em 1869, o biólogo Ernest Haeckel propôs o vocábulo “Ecologia” para designar o estudo das relações entre as espécies e o meio ambiente, até então desconsiderado até mesmo pelos estudiosos do meio ambiente que se preocupavam apenas em descrever o estado da natureza;
- No final do século XIX, o escocês Patrick Geddes, considerado o “Pai da Educação Ambiental”, expressava sua preocupação com os efeitos da revolução industrial estampados no desencadeamento do processo de urbanização, com claros sinais de perda da qualidade ambiental;
- No início de 1945, a expressão “estudos ambientais” foi difundida no ensino da Grã-Bretanha;
- Em 1949, a temática ambiental passou a ocupar o **County Sand Almanac**, nos Estados Unidos, através dos artigos de Aldo Leopoldo sobre a ética da terra. O trabalho desse biólogo é considerado a fonte mais importante do

moderno biocentrismo ou ética holística, tornando-o patrono do movimento ambientalista;

- A década de 60 do século XX presenciou várias iniciativas no sentido de desencadear o processo de sensibilização sobre a qualidade ambiental, fato estimulado pela catástrofe ambiental ocorrida em Londres no ano de 1952, quando 1600 pessoas morreram, vítimas da poluição do ar e que culminou com a aprovação da Lei do Ar Puro, em 1956. Esse fato provocou discussões desse nível em vários países, inclusive nos Estados Unidos, onde ocorreram reformas no ensino de ciências;
- Em 1962, a jornalista americana Rachel Carson lançou o livro **Primavera Silenciosa** que chamou atenção para as graves conseqüências decorrentes dos sistemas produtivos, em especial, pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Esta obra veio a se tornar um clássico na história do movimento ambientalista mundial;
- Em 1965, o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) foi proposto pela sociedade civil durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. Nessa ocasião, a Educação Ambiental foi aceita como parte essencial da educação de todos os cidadãos, embora ainda fosse trabalhada numa visão conservacionista. No mesmo ano, Albert Schweitzer ganharia o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu trabalho de popularização da ética ambiental.
- Em 1969, foi fundada na Inglaterra a Sociedade para a Educação Ambiental, e a BBC de Londres levou ao ar o programa *Reith Lectures*, apresentado pelo ecologista Sir Frank Fraser Darling, que promoveu debates sobre a questão ambiental, despertando o interesse de artistas, políticos e imprensa em geral. Nesse mesmo ano, foi lançado nos Estados Unidos a primeira edição do **Jornal da Educação Ambiental**;
- Nesta mesma época, enquanto o Brasil ostentava projetos de alto potencial de degradação ambiental, como o Projeto Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ambientalistas da Região Sul do país criaram a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, precursora do movimento ambiental no Brasil, num momento de regime ditatorial.
- Em 1972, o Clube de Roma (criado em 1968) publicou o relatório **Os limites do Crescimento**, que predizia como seria o futuro da humanidade se não houvesse modificações nos padrões de desenvolvimento adotados. Sua

análise sobre a busca incessante do crescimento material e a capacidade de suporte do planeta alertou a humanidade sobre a questão;

- Em 1972, impulsionado pelo relatório do Clube de Roma, a organização das Nações Unidas promoveu na Suécia, com representação de 113 países, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida. O evento teve o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano. Esta Conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano, estabeleceu um plano de ação mundial e recomendou a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental, reconhecendo a Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental;
- Em 1973, sob pressão do Banco Mundial e de instituições ambientalistas, foi criada no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, primeiro organismo brasileiro de ação nacional para a gestão do meio ambiente. Apesar das limitações, a SEMA instituiu instrumento de regulação do uso da natureza, mas pouco se fez no âmbito da Educação Ambiental, devido ao desinteresse político da época;
- Em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a Unesco promoveu em Belgrado o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, em que foram formulados princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental, no qual se estabeleceu o caráter contínuo, multidisciplinar e integrado da Educação Ambiental. Esse Encontro gerou ainda a Carta de Belgrado, que expressava a necessidade de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.
- Apesar da criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental, pouco se avançou nesta área aqui no Brasil. O Ministério da Educação se limitava a fazer “protocolos de intenção” com o órgão ambiental do governo que pretendia incluir temas ecológicos no currículo do então 1º e 2º graus. Nos Estados, algumas Secretarias de Educação firmavam parcerias com as instituições de meio ambiente para a promoção da Educação Ambiental. Por força da pressão dos órgãos ambientais, a disciplina Ciências Ambientais passou a ser obrigatória nos cursos de engenharia, e novos cursos voltados à área ambiental foram criados nas universidades brasileiras, porém, as

faculdades de Educação, pareciam ignorar o assunto. É correto salientar que no Brasil a Educação Ambiental foi introduzida pelos órgãos ambientais e não por via do sistema de ensino.

- Em 1977, ocorreu o evento que viria a ser o marco para a evolução da Educação Ambiental no mundo. A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, ou Conferência de Tbilisi, organizada pela UNESCO e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Nesse evento concluiu-se o Programa Internacional de Educação Ambiental; discutiram-se propostas elaboradas em todo o mundo; foi definida a natureza da Educação Ambiental, estabelecendo-se seus princípios, objetivos e características; conclamou-se os estados membros a incluírem em suas políticas de educação medidas que visassem a implementação da Educação Ambiental. Em Tbilisi, a Educação Ambiental foi reconhecida como um mecanismo capaz de promover a compreensão da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade e que levaria o indivíduo a repensar o sentido dos valores e as condutas praticadas.
- Em 1978, um ano após as recomendações de Tbilisi, o Ministério da Educação, ignorando as diretrizes da Educação Ambiental, publicou o documento “Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus”. Este fato foi considerado pelos ambientalistas brasileiros como um retrocesso no processo de implementação da Educação Ambiental, pois a proposta se restringia aos aspectos biológicos, sem considerar os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e éticos que a questão ambiental deve enfrentar.
- Em 1981, foi sancionada a Lei 6.938 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, impulsionando um tímido desenvolvimento da Educação Ambiental.
- Em 1985, a SEMA reconheceu que a área da Educação Ambiental foi a que menos evoluiu durante os seus dez anos de criação e publicou o documento “Educação Ambiental”. Afirmou que as iniciativas realizadas foram dispersas e pontuais e justificou essa ineficácia pela ausência de conceituação e política sobre Educação Ambiental. Nesse documento também constava uma proposta de Resolução ao CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), estabelecendo as diretrizes para a Educação Ambiental no país e definindo-a como “o processo de formação e informação social, orientado para o

desenvolvimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental; de habilidades necessárias à solução de problemas ambientais; de atitudes que levem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”. Conceito este que ia na contramão dos interesses político e o resultado foi o boicote de tal Resolução.

- Nos anos seguintes, foi oferecido, pela Universidade de Brasília, o primeiro curso de especialização em Educação Ambiental, com o objetivo de formar recursos humanos para implementação de programas de Educação Ambiental. As dificuldades do curso, oriundas do desinteresse político, levaram à sua extinção em 1988.
- Em 1987, foi concretizada uma recomendação de Tbilisi, a realização do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, promovido pela UNESCO e PNUMA, em Moscou, com o objetivo de avaliar o estado da Educação Ambiental e estabelecer estratégias para a década de 90. No evento foram analisados os relatórios contendo as conquistas e dificuldades elencadas pelos países. O documento brasileiro não foi apresentado em Moscou porque não houve consenso entre o MEC e SEMA, um vexame que repercutiu negativamente em todo o mundo.
- Ainda em 1987, o MEC encaminhou para aprovação no Congresso Federal de Educação o primeiro documento oficial que estabelece a Educação Ambiental entre os conteúdos das propostas curriculares de 1º e 2º graus. O parecer 226/87 seguia algumas recomendações de Tbilise. Ainda assim, muitas foram as críticas ao MEC por haver demorado dez anos para reconhecer as recomendações de Tbilisi.
- Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional de meio ambiente. O IBAMA nascia da fusão de quatro órgãos ligados ao tema meio ambiente: a SEMA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e a Superintendência da Borracha - SUDHEVEA. Dentre as competências do IBAMA estava a Educação Ambiental, que deveria ser estimulada nas suas diferentes formas. Porém esse órgão também não lhe deu a devida atenção, restringindo sua atuação a um pequeno departamento desarticulado e longe dos interesses políticos,

resultando numa ineficiência operacional e de resultados. Isto, no momento em que eclodiam crises ambientais das mais diversas ordens.

- Como exemplo da falta de interesse, participação e apoio dos órgãos do Governo, citamos a dificuldade de se manterem os cursos de formação ambiental, propostos por instituições de ensino. O curso de especialização oferecido pela Universidade de Brasília, foi extinto por falta de interesse político. Mais tarde esse mesmo curso, com o apoio do PNUMA, CNPq, CAPES e IBAMA, foi reaberto em Cuiabá, pela Universidade Federal do Mato Grosso. O curso tinha uma linha interdisciplinar de análise da questão ambiental e uma visão crítica sobre o desenvolvimento auto-sustentável e a elevação da qualidade de vida. Sob uma ótica analítica local, regional, nacional e global, formou muitas pessoas que hoje são referência na área ambiental, mas os constantes problemas enfrentados pelo curso o levaram à extinção. Do mesmo modo, o curso de Ecologia, promovido pelo Programa Universidade Aberta, mantido pela Fundação Demócrito Rocha em parceria com outras quinze Universidades nordestinas e instituições de pesquisa, que levava informação na forma de encartes em treze jornais brasileiros e através de programas de rádio, também foi extinto por falta de interesse e apoio por parte dos órgãos do governo brasileiro.
- Em 1991, uma equipe formada por funcionários do MEC e do IBAMA elaborou um documento com as premissas básicas da Educação Ambiental, direcionado a professores de 1º grau, na forma de um encarte que foi veiculado pela revista **Nova Escola**. No encarte, constava um questionário tipo resposta para coleta de informações sobre a presença da Educação Ambiental nas escolas. Depois de algumas análises, o então Presidente Fernando Collor autorizou a publicação de 140 mil encartes sob o título “Projeto de Informação sobre Educação Ambiental”, revelando dados importantes para a gestão da Educação Ambiental no país.
- Em 1989, o MEC tomou a primeira iniciativa no sentido de institucionalizar a Educação Ambiental no âmbito do governo federal. Criou o Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental, que logo tomou algumas providências no sentido de aprofundar a discussão e a prática da Educação Ambiental. No IBAMA também foram instituídos os Núcleos de Educação Ambiental – NEAs, com a mesma finalidade.

- Em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92, corroborou as premissas de Tbilisi e Moscou e ressaltou a necessidade de concentração de esforços para a erradicação do “analfabetismo ambiental” chamando a atenção para a necessidade de capacitação de recursos humanos para a área. A Educação Ambiental foi recomendada no capítulo 36 da Agenda 21, principal documento desta Conferência.
- Na mesma ocasião da Rio 92, o Fórum Social Global criou e disseminou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, um outro marco relevante para a Educação Ambiental por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a Educação Ambiental como um processo dinâmico em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social.
- Na seqüência, o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação realizou encontro com representantes dos Estados para planejamento conjunto dos programas de Educação Ambiental, mas os participantes pouco puderam contribuir, por falta de informações e conhecimento na área.
- No mesmo período, a equipe do MMA e do IBAMA, fomentou a formação de Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, com o objetivo de discutir e elaborar programas estaduais de Educação Ambiental, seguindo as orientações do Programa Nacional que estava sendo elaborado.
- Em 1994, o MEC e o MMA, com apoio do Ministério das Ciências e Tecnologias e do Ministério da Cultura, formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, que estabeleceu linha de ação e formas de implementação da Educação Ambiental.
- Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Os princípios orientadores para o trabalho dessa Câmara eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade.
- Em 1996, foi criado, no âmbito do MMA, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, que firmou um protocolo de intenções com o MEC, visando a cooperação técnica e institucional da Educação Ambiental para o desenvolvimento de ações conjuntas.

- Em 1997, ocorreu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, ocorrida em Thessaloniki (Grécia). Na ocasião os temas colocados na Rio 92 foram reforçados e chamou-se a atenção para a necessidade de se articular ações de Educação Ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares. Nesta Conferência também foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana.
- Em 1999, é homologada a Lei 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental regulamentada no ano 2002, estabelecendo a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Em 2001, o Ministério da Educação lança o Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola, uma proposta de formação continuada para professores das séries finais do Ensino Fundamental orientando o trabalho com o tema transversal meio ambiente. Suas ações deveriam ser implementadas em parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além do apoio das universidades. No entanto, com a mudança de governo em 2003, o Programa não teve continuidade pelo Ministério, sendo utilizado apenas por alguns estados que optaram por preencher a lacuna deixada pela formação inicial do professor com esse material de formação.
- Em 2002, o Decreto nº 4.281, regulamentou a Lei 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
- Em 2002, foi criado pelo Decreto nº 4.281 o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, formado por equipe do Ministério da Educação e equipe do Ministério do Meio Ambiente. Esta iniciativa resolve o problema de ingerência da PNEA até então abnegada por ambos os ministérios. O Órgão Gestor é uma proposta de gestão compartilhada e, que de certa forma, fortaleceu as políticas públicas de Educação Ambiental, difundindo programas e ações de enraizamento da Educação Ambiental em

todo país. Sua primeira grande missão foi promover a I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que envolveu 15.452 escolas e 5.660.692 participantes em todo o país.

- Em 2004, com o apoio das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, o ProNEA passou por uma revisão e nova edição, adequando às exigências do processo de enraizamento e fortalecimento da Educação Ambiental no país.
- Em 2005, as Nações Unidas implementaram a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). A Educação Ambiental ganhou sinais de reconhecimento do seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação Ambiental. O documento da Década potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes.
- Em 2005, como desdobramento do processo da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, o Órgão Gestor da PNEA ofereceu recursos e material didático sobre Educação Ambiental para um trabalho de formação de professores e estudantes. Em todo o território nacional foram capacitados 25.450 professores e 21.681 estudantes, ação do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas.
- Ainda em 2005 e 2006, o Órgão Gestor promoveu a II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e, dando continuidade ao programa de formação continuada de professores, disponibilizou, através do FNDE, recursos para que os Estados atendessem pelo menos dois professores de cada escola participante da II Conferência com formação continuada em Educação Ambiental, incluindo distribuição de material didático. No mesmo período, o MEC, também publicou edital induzido para fomentar projetos de Educação Ambiental para as escolas, ações estruturantes, que deram mais efetividade à promoção da Educação Ambiental pelas Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente.
- Em 2006 e 2007, com recurso disponibilizado pelo MEC/FNDE, os Estados realizaram novos seminários de formação continuada para professores das unidades escolares que realizaram a II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, atendendo em todo o país cerca de 20 mil professores, segundo dados do Ministério da Educação.

- Em novembro de 2007, foi realizada na cidade de Ahmedabad/Índia, a IV Conferência Internacional de Educação Ambiental com o título “Educação Ambiental para um futuro sustentável – parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)”, chamada também de “Tbilisi mais 30”, pelo caráter avaliativo da Educação Ambiental nos seus trinta anos de existência que teve o evento. A Conferência levantou uma discussão polêmica sobre a identidade da Educação Ambiental, pois trouxe a dimensão da EDS defendida pela UNESCO, confrontando todos aqueles que lutaram pela emancipação da Educação Ambiental numa perspectiva não de “desenvolvimento sustentável”, mas de futuro ou sociedade sustentáveis. Os mil e duzentos participantes, representantes de 78 países, aprovaram a Declaração de Ahmedabad 2007: Uma chamada para ação – Educação para a vida; a vida pela educação.

São, portanto, consideráveis os esforços que governo, ONGs e sociedade civil têm feito no sentido de fortalecer a Educação Ambiental como uma prática pedagógica e, assim, alcançar o resultado esperado, que é o de promover a tão necessária e urgente transformação na nossa contemporaneidade e salvaguardar o planeta.

1.5 Função do gestor educacional

O gestor que pretende educar para a cidadania, sabe que desde já terá grandes responsabilidades nos sistemas educativos, os quais devem desenvolver nas novas gerações os saberes e as práticas duma cidadania ativa. O gestor sabe que o exercício da cidadania é sustentado por um corpo de valores e de virtudes aceitáveis universalmente: a justiça, a verdade, a coragem e a liberdade, e ela se constitui uma garantia da democracia e só se exerce em contextos democráticos.

Para uma Escola de cidadãos, onde se define o conceito de educação para a cidadania, a educação para a cidadania nas nossas escolas deve entender-se, em primeiro lugar, como a capacitação de cada criança e de cada jovem para estruturar a sua relação com a sociedade, de acordo com regras básicas de convivência que valorizem a autonomia, a responsabilidade individual e a participação informada.

1.6 Papel do gestor educacional na educação ambiental

Aos gestores educacionais cabem a responsabilidade de acordar os professores e os alunos para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades sócio-ambientais. Os ensinamentos e práticas pedagógicas para os novos paradigmas da educação exigem conhecimentos metodológicos específicos, bem como novas relações com os conteúdos holísticos.

A Educação Ambiental é originária da necessidade de se contestar a crise da educação. É inquestionável que algo está fora da ordem no processo de formação dos cidadãos. Como formar cidadãos atuantes e que façam valer seus direitos? Como educar para se ter audácia de dar um basta aos processos que aviltram e degradam a natureza e que super-dimensionam a desigualdade entre os atores sociais? E por outro lado: como capacitar um professor para assumir essa postura? Algumas ações têm sido inseridas na formação de multiplicadores em educação ambiental, porém, em inúmeras experiências vivenciadas, atestou-se a necessidade de investimentos estimáveis e de peso – por parte de poderes públicos, no contexto sócio-ambiental e seus gravíssimos problemas. Ao questionar profissionais de educação acerca de fatores que obstaculizam a inclusão da Educação Ambiental e como transpô-los, as respostas são diretas: “Não se sabe como fazê-lo.” Resposta simplista, para problema essencialmente desafiador: como formar formadores.

A inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares, as práticas pedagógicas correspondentes, vêm esbarrando na falta de identificação de conteúdos apropriados, estratégias educacionais mais dinâmicas, eficazmente lúdicas e de socialização mais interessante. Vêm sendo estranguladas pelas classes multisseriadas; pelo enorme abismo que separa o interesse do professor pela introdução de práticas pedagógicas correlatas com o meio ambiente; enfim, inviabilizadas pelas salas de aula sem carteiras, sem paredes, sem portas e questões anatematizadas da própria educação brasileira.

1.7 Definindo educação ambiental

Em mais de trinta anos de história, a Educação Ambiental vem recebendo diferentes conceitos pelos estudiosos da área. Alguns de caráter mais conservacionistas, outros ecológicos, multidimensionais, éticos, sistêmicos. Porém a ambigüidade na sua definição, não tem desviado da sua função principal, que é a de enfrentar a crise ambiental e orientar as populações para uma mudança de atitude e conseqüente sustentabilidade do planeta Terra e de seus habitantes. Sato valoriza

essa ambigüidade justificando que “uma definição hermética da EA constituir-se-ia numa circunscrição de sua abrangência, implodindo a riqueza de sua contribuição”. (SATO e PASSOS, 2006:18).

De acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Educação Ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário.

Mauro Guimarães atribui à Educação Ambiental um caráter crítico e a conceitua como um processo educativo desvelador e desconstrutor dos paradigmas da sociedade moderna com suas “armadilhas” e engajado no processo de transformações da realidade sócio-ambiental, construtor de novos paradigmas constituintes e constituídos por uma nova sociedade ambientalmente sustentável e seus sujeitos. (GUIMARÃES, 2004)

Philippe Pomier Layrargues reconhece a Educação Ambiental como instrumento ideológico de reprodução das condições sociais, analiticamente enquadrada na perspectiva de uma prática pedagógica destinada a manter ou alterar as relações sociais historicamente construídas, mesmo que essa prática pedagógica não seja destinada exatamente ao convívio social, mas ao convívio humano com a natureza. (LAYRARGUES, 2006).

Genebaldo Freire Dias em sua obra **Educação Ambiental - Princípios e Práticas**, conceituou Educação Ambiental como sendo um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidade, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros. (FREIRE, 2000)

Depois de alguma evolução na discussão sobre o conceito de Educação Ambiental, na Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida como um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o

desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

A Educação Ambiental ainda pode ser entendida como um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos que objetiva a compreensão e a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos (TEIXEIRA, 2007).

A educação ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, ela tenta superar a visão antropocêntrica, na qual fez com que o homem sentisse como o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante dos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." "É uma ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa têm a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação."

1.8 A Educação ambiental na atualidade

Desde o início da Educação Ambiental nas escolas, observou-se grande dificuldade quanto à sua implantação, devido a mesma estar sendo feita desarticulada e de forma tímida, sem o destaque necessário aos temas da problemática ambiental. O presente trabalho pretende minimizar os problemas decorrentes deste descaso, como a desinformação e a falta de envolvimento pessoal dos atores para a questão.

A preocupação do Ministério de Educação e do Ministério do Meio Ambiente é quanto à inserção e aplicação do tema ambiental no processo educativo. Neste sentido a sensibilização deve ocorrer de forma ampla e urgente, pois este processo passa inicialmente pelo educador o qual, munido de conhecimento, atuará significativamente na formação da opinião e consciência do educando e, conseqüentemente, da comunidade.

Conforme a proposta deste projeto foi executada a capacitação com os Gestores Educacionais compostos por Diretores, Coordenadores e Supervisores Técnicos da Unidade Escolar da rede Estadual de Palmas-TO, na metodologia estratégica da transversalidade interdisciplinar, ou seja, a maneira de colocar em prática os temas ambientais para fomentar mudanças de paradigmas, envolvendo valores, procedimentos e atitudes em defesa do meio ambiente, assim como a reconstrução dos relacionamentos com a natureza, destacando, no caráter educativo, a possibilidade de mobilizar a comunidade na busca de alternativas para a melhoria de seu ambiente de vida. Os participantes deverão dimensionar o repasse desta capacitação para todos os estabelecimentos da rede de ensino de cada regional, bem como instituir nas Escolas, equipes ambientais responsáveis pela mobilização da comunidade escolar.

2- METODOLOGIA

As diretrizes de ação do projeto pautaram-se na sensibilização e capacitação dos atores a serem envolvidos na implantação do projeto através de oficinas pedagógicas.

2.1 Estratégia da formação

- ⇒ Parceria entre SEDUC e NATURATINS, que ajudaram na liberação dos Colaboradores das UEs e na distribuição de material, contamos também com o apoio da Delegacia Regional que incentivaram na realização dos encontros dando o apoio logístico necessário.

- ⇒ Posterior à capacitação, foram implantadas equipes que representaram a Educação Ambiental nas UEs.

- ⇒ O acompanhamento e a avaliação das ações ambientais, desenvolvidas nas escolas após a capacitação dos multiplicadores, foram realizadas através do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, em parceria com a Gerência do PDE, os técnicos da Educação Ambiental tiveram acesso às cópias dos planos que se referiam às ações ambientais e através deles acompanharam bimestralmente por análises e também por amostragem, orientando e apoiando estas ações.

2.2 Duração da capacitação

Foram realizados 4 encontros ao total, cada encontro foi aplicado 1 (um) módulo de capacitação com 4 horas de duração.

Sessenta multiplicadores participaram da formação que posteriormente formarão mais multiplicadores que poderão ser professores e alunos das Unidades Escolares selecionados pela direção das UEs– que usará como critério de seleção o perfil de multiplicador e a experiência em trabalhos ambientais.

2.3 Cronograma

AÇÃO	PERÍODO
Elaboração do Projeto	Fevereiro/2010
Reunião com os multiplicadores Apresentação do Projeto e início da Formação com o Módulo I	Março/2010
Reunião com os multiplicadores – Módulo II	Abril/2010
Reunião com os multiplicadores – Módulo III	Maio /2010
Reunião com os multiplicadores – Módulo IV	Junho/2010
Encerramento	

3 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Módulo I (4 horas)

- ◆ Apresentação do Programa
- ◆ Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola (embasamento legal)
- ◆ Histórico da Educação Ambiental
- ◆ Implantação da Educação Ambiental na Rede Estadual de Ensino

Módulo II (4 horas)

- ◆ Meio Ambiente X Ecologia X Educação Ambiental
- ◆ Legislação Ambiental
- ◆ Programa Estadual de Educação Ambiental
- ◆ Agenda Ambiental Escolar

Módulo III (4 horas)

- ◆ A Questão do Lixo (Coleta Seletiva)
- ◆ Poluição do solo, do ar e da água
- ◆ Projeto Protetores da Vida

Módulo IV (4 horas)

- ◆ Matriz de Projeto
- ◆ Discussão sobre acompanhamento e avaliação dos projetos
- ◆ Avaliação do programa
- ◆ Encerramento

3.1 - Discriminação E Metodologia Dos Módulos

MODULO I

- **Abertura e apresentação:** Os participantes se apresentaram através de uma dinâmica denominada de “vivência do crachá”. Cada pessoa recebeu um crachá, identificou o mesmo e escreveu uma mensagem ambientalista no verso. Em seguida houve a troca dos crachás entre colegas, que fizeram a leitura dos mesmos.
 - **Parâmetros em Ação:** Utilização de transparências com resumo de textos sobre os Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola; textos reflexivos; filme – Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente.
- **Histórico da Educação Ambiental:** Transparências com resumo dos princípios históricos da Educação Ambiental (Conferências Internacionais); conversa informal; divisão de grupos através da música; estudo e apresentação em grupo de um período histórico da Educação Ambiental.
- **Implantação da Educação Ambiental na rede Estadual:** Transparência com organograma do pessoal referência em Educação Ambiental na SEDUC (incluindo os capacitandos); conversa informal; troca de experiências; dinâmica da ciranda, onde os participantes das diversas áreas escolherão um tema e discutirão a aplicabilidade dele interdisciplinarmente.

MODULO II

- **Meio Ambiente / Ecologia / Educação Ambiental:** Dinâmica dos recortes – várias figuras foram espalhadas no chão, os participantes escolheram uma e tentaram formar uma árvore com a tendência de cada figura; conversa informal mostrando a Educação Ambiental como condutora do estudo (Eco) do Meio Ambiente.
- **Legislação Ambiental:** Transparência com as principais leis ambientais e de crimes ambientais; mostra do CD Rom da coleção Parâmetros em Ação.
- **Programa Estadual de Educação Ambiental:** A turma foi dividida em grupos e utilizada a dinâmica do quebra-cabeça de cartazes. Vários cartazes foram recortados e os pedaços distribuídos entre os participantes, aqueles que montaram o cartaz formaram grupo e receberam uma cópia do Programa Estadual de Educação para estudo e debate com os demais grupos.
- **Agenda Ambiental Escolar:** Entrega da Agenda Ambiental Escolar dos Protetores da Vida: conversa informal sobre a importância da Agenda Ambiental como orientadora das ações das escolas; exercitar o planejamento da Agenda através da dinâmica onde os participantes escreverão em um pedaço de papel, uma ação para ser executada em 1 minuto. A dinâmica serve para refletir sobre o planejamento e o tempo de execução.

MODULO III

- **A questão do lixo:** Distribuição e estudo da cartilha do Naturatins sobre o lixo; filme Ilha das Flores; filme Tá Limpo; Leitura e apresentação cênica do texto Lixo de Luis Fernando Veríssimo.

- **Poluição:** Dinâmica do grito. Cada participante falou bem alto o nome de um mesmo animal. Reflexão sobre a poluição sonora; discussão sobre os tipos de poluição exemplificando através de figuras; filme A Questão Ambiental.
- **Protetores da Vida:** Entrega do Caderno de Proteção a Vida; divisão dos grupos através da dinâmica dos animais e distribuição dos princípios para que fizessem estudo e apresentação.

MODULO IV

- **Matriz de Projeto:** Elaboração de Projeto de Ação para a localidade utilizando os mesmos grupos das atividades anteriores. Discussão dos projetos com os demais e foi avaliado a forma de aplicação e a probabilidade de execução envolvendo as escolas.
- **Avaliação:** Aplicação de questionário com alternativas e com opiniões.
- **Encerramento:** despedida cantando, as músicas do CD do kit PCN – Meio Ambiente.

4 – RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa propôs uma Educação Ambiental participativa, envolvente e interventiva, aspectos revelados por apenas 50% das escolas investigadas, que afirmaram o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades de Educação Ambiental. Outras quatro escolas (28,57%) revelaram que este envolvimento acontece quase sempre e para as demais (21,42%), este envolvimento não acontece (GRÁFICO 1). Porém, tanto gestores, quanto professores e alguns estudantes foram categóricos em afirmar que a participação dos estudantes nas atividades de Educação Ambiental é satisfatória. A participação da comunidade local não ficou bem definida, pois houve apenas quatro (28,57 %) escolas que afirmaram que a comunidade participa sempre das atividades de Educação Ambiental da escola, outras (28,57%) disseram que isso ocorre quase sempre e outras (42,85%)

responderam que quase nunca ocorre esta participação (GRÁFICO 2). É pequeno, portanto, o índice de escolas que confirmaram a participação da comunidade local, fato que pode justificar a ignorância da comunidade com relação ao que propõe a Educação Ambiental e, não raro, apontam as escolas como negligentes na educação ambiental dos seus educandos.

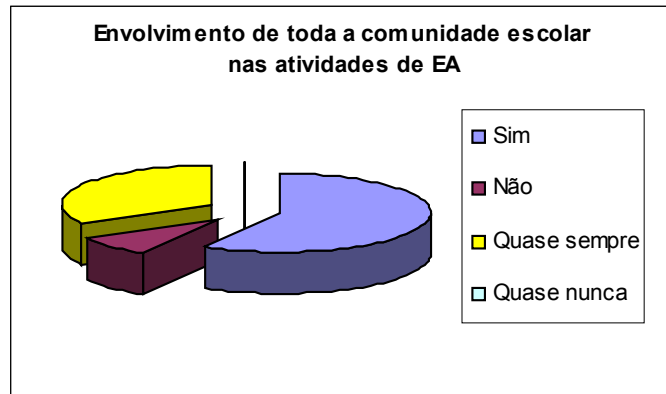


Gráfico 1 – Envolvimento de toda comunidade escolar nas as atividades de EA, 2010
Fonte: Dados da pesquisa

Todos foram unânimes em dizer que é necessário e importante que as escolas discutam os temas ambientais com o seu público (GRÁFICO 1), mas 22,85% (12 estudantes) dos entrevistados afirmaram nunca ter participado diretamente de nenhuma atividade de Educação Ambiental na sua escola. Os que participaram descreveram uma lista composta por gincanas, trabalhos em sala de aula, seminários, projetos, palestras, apresentações de trabalhos, feiras de ciências, exposição, teatro, excursão, simpósios, passeatas, atividades que, segundo eles, foram interessantes ou muito interessantes. Acrescentaram que atividades desse tipo contribuem muito com o aprendizado, pois eles participam como autores, além de serem atrativas.

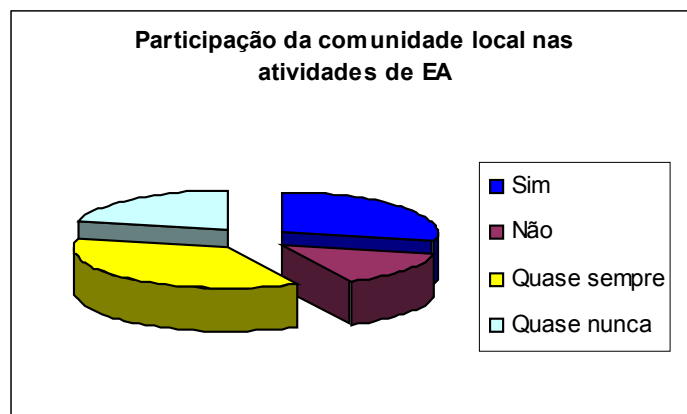


Gráfico 2 – Participação da comunidade local nas atividades de EA, 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Questionamos também sobre a participação das Associações de Pais e Mestres da escola nesse tipo de atividade, se elas têm conhecimento ou aprovam tais ações, e apenas cinco (35,71%) das escolas investigadas afirmaram esse questionamento.

Curso de Educação Ambiental

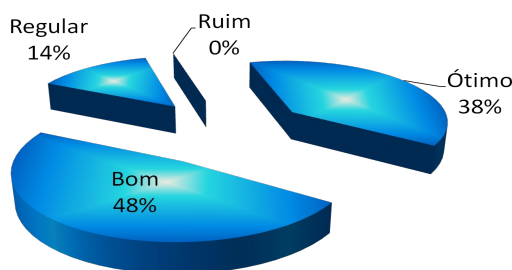


Gráfico 3 – Opinião sobre o curso de EA

As atividades realizadas pareceram favorecer esse envolvimento de modo satisfatório; todos os profissionais da Educação, ao final do curso, manifestaram interesse na continuidade dos trabalhos e nas reuniões do grupo e expressaram sua aprovação pela maneira como foi conduzido, destacando-se as considerações feitas a respeito das atividades práticas de interdisciplinaridade.

Com a participação de 60 gestores educacionais compostos de diretores, coordenadores e técnicos administrativos, tendo uma carga horária de cento e sessenta horas/aula, foi dividido em quatro módulos sendo uma carga horária de 16 horas presenciais, o curso iniciou-se no dia 13 de março e concluiu no dia 19 de junho. Uma parte com legislação e política ambiental e outra parte com dinâmicas em educação Ambiental e elaboração de projetos em educação ambiental. O principal foco de debate do curso foi Estimular a prática de atividades que envolvam a Educação Ambiental e como produto final os planos de aula para as diversas disciplinas do currículo para serem trabalhados em sala de aula tanto no ensino fundamental como no ensino médio de forma interdisciplinar.

Percebemos que a discussão sobre a temática ambiental foi de muita importância, pois muitos professores não percebiam conexões dos assuntos específicos de sua disciplina em relação a temática ambiental. Notamos também,

fragmentação dentro das áreas do conhecimento uma vez que, dentro de determinadas áreas, somente a disciplina de ciências abordava a EA.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrelaçamento da EA com os mais diversos ramos do saber torna-se cada vez mais urgente. A necessidade e urgência deste tipo de formação têm sido alvo, desde há muito anos, às distintas administrações educativas, bem como de diversas instituições internacionais. Isto se deve, com certeza, a crescente consciência da problemática do meio ambiente e a constatação de que desde o sistema educativo podem ser estabelecidas respostas ao desafio de solucionar tal problemática de forma eficiente. Isso tem levado, desde décadas, a introdução da EA e a conseguinte necessidade de formação do professorado.

O gestor educacional, enquanto profissional da educação, no exercício da sua função tem um grande desafio pela frente: a formação da consciência ambiental dos alunos e, no desenvolvimento e exercício da sua cidadania, através da transformação dos próprios paradigmas e conceitos, de uma escola formadora e transformadora – onde os conceitos se desenvolvam através do trabalho escolar. As comunidades escolares em que os profissionais adotem práticas e abracem ações tradicionais e conservadoras de ensino, que não têm como foco essencial as amplas questões ambientais, que não se acercam sobre considerações do meio ambiente e apresentem sugestões didáticas praticáveis nas séries iniciais do ensino fundamental – propícias à formação e desenvolvimento da consciência ambiental de crianças e adolescentes, não estarão preparadas para os desafios inerentes ao modelo de ensino que a dimensão ambiental reclama. Nessa conjunção, a relação aluno/professor é redefinida em função dos conhecimentos característicos dos profissionais de educação e o novo perfil didático-pedagógico que deverá ser imprimido por esses ensinamentos.

As propostas de atividades de Educação Ambiental aqui apresentadas teve a finalidade de contribuir com os trabalhos que conduzam à sensibilização da comunidade escolar e, através desta, irradiar-se para a comunidade em geral, através da interdisciplinaridade e multimeios.

Dando ênfase ao desenvolvimento da Educação Ambiental e trabalho em cima do pressuposto de que haja um reconhecimento generalizado no mundo sobre

a seriedade dos problemas ambientais que nos afetam na atualidade. Certamente esse reconhecimento nas Unidades Escolares pode ser considerado um avanço. Mas segundo Mauro Guimarães só apenas reconhecer a gravidade dos problemas ambientais, como resultado de um processo educativo, pouco avança na construção da sustentabilidade. E acredita que se conhecermos as origens causadoras dos problemas não são frutos de uma evolução natural da dinâmica do meio ambiente, mas conseqüências de uma intervenção do homem sobre o meio, e que essa intervenção vem rompendo a capacidade de suporte desse ambiente se auto-equilibrar através de sua dinâmica natural.

O curso que foi desenvolvido teve como objetivo capacitar sessenta (60) profissionais da Educação da gestão educacional, tendo em vista a necessidade de atualização e alinhamento de conhecimentos operacionais para melhorar o seu desempenho na aplicação das diretrizes e princípios propostos pela Política e Programa de educação ambiental. O curso onde foi abordado o seguinte conteúdo programático: A Educação Ambiental e a história de vida de cada um; A questão ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais; Problemas e potencialidades da questão ambiental em relação à Educação; Legislação, princípios, instrumentos, formas (Política e Programa Nacional e Estadual de Educação Ambiental); A questão do conhecimento: novos paradigmas, novos conceitos, novos valores em Educação ambiental; A Educação, o meio ambiente e o desenvolvimento; O papel dos agentes ambientais no contexto municipal; O educador ambiental e sua postura dialógica, participativa, mediadora e holística na construção da relação entre educação e cidadania; Bases metodológicas da Educação Ambiental e Orientação para elaboração de projetos em Educação Ambiental. Esse conteúdo foi dividido em quatro módulos: I- Educação ambiental conceito e evolução histórica; II- Aspectos da educação ambiental no Brasil e a Política nacional de educação ambiental e III- A Questão do Lixo (Coleta Seletiva), Poluição do solo, do ar e da água e IV- Estratégia de educação ambiental e elaboração de projetos.

Durante o curso os participantes fizeram diversos trabalhos em grupo onde cada representante das instituições Educacionais puderam expor as realidades existentes nas comunidades escolares onde estão inseridos e ainda apreender várias ferramentas que podem ser utilizadas na implementação de seu trabalho e

elaboraram um projeto para ser desenvolvido de como fazer a escola mais sustentável.

6 – REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. A. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino e MEDINA, N. M. (Coord.). **Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas**. 2 ed. ampl. Brasília: MMA, 2001.5 v.

BOFF, L. **Ecologia – Mundialização –Espiritualidade**. 2 ed., São Paulo: Ática, 1996. (Série Religião e Cidadania).

SATO, M. Resenhando esperanças por um Brasil sustentável e democrático. In: _____ (Org.). **Projeto de Educação Ambiental – PrEA : conceitos de educação ambiental**. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso; Tanta Tinta, 2004a.

TEIXEIRA, A. C. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, n. 02, p. 21-29, fev. 2007.

_____. Antecedentes históricos: conferências internacionais. In: LEITE, A.L.T.A. e MEDINA, N. M. (Coord.). **Educação ambiental: curso básico à distância - documentos e legislação da educação ambiental**. Brasília: MMA, 2001. 5v.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental : princípios e práticas**. São Paulo : Gaia, 2000.

GADOTTI, M. **Agenda 21 e Carta da Terra**, 2002. Disponível em <http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Pedagogia_da_Terra/Agenda_21_Carta_da_Terra_2002.pdf>. Acesso em 05 out. 2007.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na Educação**. 7 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ. **Plano de Desenvolvimento da Escola**: 2009.
Palmas, 2010. Documento impresso.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO DE PALMAS. **Projeto Político Pedagógico**: 2009.
Palmas, 2010. Documento impresso.

COLÉGIO ESTADUAL DARCY CHAVES. **Projeto Político Pedagógico**: 2009,
Palmas, 2010. Documento impresso.

COLÉGIO ESTADUAL MADRE BELÉM. **Projeto Político Pedagógico**: 2009.
Palmas, 2010. Documento impresso.

MINISTÉRIO da Educação e do Desporto ***A Implantação da Educação Ambiental no Brasil***. Brasília: MEC, 1996 (2ª versão).

MINISTÉRIO da Educação e do Desporto ***Referenciais para Formação de Professores***. Brasília: MEC, 1998, 177p.

MINISTÉRIO da Educação e do Desporto ***Panorama da Educação Ambiental no Brasil***. Brasília: COEA/MEC, 2000.(no prelo)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. ***Programa Nacional de Educação Ambiental***, 1997, 32p.

BRASIL. Ministério da Educação, ***Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador/Secretaria de Educação fundamental*** – Brasília: MEC; SEF, 2001, 426 p.

Vamos cuidar do Brasil : **conceitos e práticas em educação ambiental na escola**.
Brasília: MMA : UNESCO, 2007, 248 p.

_____. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo : Cortez, 2006.

7 – ANEXOS



Apresentação do projeto (Modulo I)
Fonte: Gomes, E. L., Março/2010.



Foto 2 – Execução modulo II
Fonte: Gomes, E. L., Abril/2010.



Foto 3 – Execução modulo III
Fonte: Gomes, E. L., Maio/2010.



Foto
1 –

APÊNDICE I

Levantamento sobre Educação Ambiental – EA nas Unidades Escolares – segundo os Professores

Considere para as informações abaixo o período de março de 2010 a junho de 2010

1. Nome da Escola: _____

2. Nome do Professor (opcional) _____

3. Formação:

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Completo

Magistério

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Especialização Incompleta

Especialização Completa

Mestrado Incompleto

Mestrado Completo

Doutorado Incompleto

Doutorado Completo

4. Assinale a disciplina em que você atua:

Matemática

História

Língua Portuguesa

Geografia

Língua Estrangeira

Artes

Ciências

Educação Física

Educação Religiosa

Outra: _____

5. Em quantas escolas você leciona:

Uma escola

Três escolas

Duas escolas

Mais de três escolas

6. Qual dos temas transversais você trabalha?

Saúde

Meio Ambiente

Trabalho e Consumo

Ética

Orientação Sexual

Pluralidade Cultural

6.1. Se você respondeu meio ambiente, como se dá a inclusão desse tema na(s) sua(s) disciplina(s)?

Por meio de pesquisa (jornal, revista, TV, vídeos, etc)

Produzindo material (textos, poemas, desenhos, cartazes, etc)

Explorando os conteúdos da(s) área(s) que ministro

Usando problemas da comunidade ou da escola como tema gerador

Realizando palestras

Desenvolvendo projetos de entidades parceiras

De forma interdisciplinar

7 - Quais são os temas ambientais mais trabalhados na(s) sua(s) disciplina(s)?

água

lixo

flora

saneamento

solo

caça e pesca predatória

- | | |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> ar | <input type="checkbox"/> abastecimento de água |
| <input type="checkbox"/> queimadas | <input type="checkbox"/> problemas de segurança |
| <input type="checkbox"/> desmatamento | <input type="checkbox"/> nutrição |
| <input type="checkbox"/> poluição do ar | <input type="checkbox"/> higiene e saúde |
| <input type="checkbox"/> poluição sonora | <input type="checkbox"/> valores culturais, morais e ética |
| <input type="checkbox"/> poluição hídrica | <input type="checkbox"/> cidadania |
| <input type="checkbox"/> poluição visual | <input type="checkbox"/> melhoria do ambiente humano |
| <input type="checkbox"/> agrotóxicos | <input type="checkbox"/> outros: _____ |

08. As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas por você foram de iniciativa:

- | | |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> própria | <input type="checkbox"/> dos alunos |
| <input type="checkbox"/> da direção da escola | <input type="checkbox"/> de instituições externas |
| <input type="checkbox"/> da comunidade | <input type="checkbox"/> outros _____ |

09. Numere, por ordem de importância, os projetos que você desenvolve ou dos quais participa na sua escola:

- Projeto de construção e conservação de horta escolar
- Projeto de coleta seletiva
- Caminhadas ecológicas
- Projeto de prevenção à queimadas
- Plantio de mudas para reflorestamento na escola ou entorno
- Diagnóstico sócio-ambiental da comunidade: pesquisa de campo
- Proteção de alguma área de relevância ambiental
- Projeto de recuperação de área degradada ou poluída
- Projetos de mobilização social para melhoria da qualidade de vida da comunidade
- Outros: _____

10. Assinale a(s) alternativa(s) que mais caracteriza(m) o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental construídos pela escola:

- A escola trabalha com projetos de vez em quando e geralmente em datas comemorativas.
- A escola desenvolve projetos de forma continuada.
- Os projetos proporcionam troca de conhecimentos entre escola e comunidade.
- A direção não proporciona tempo para atividades de Educação Ambiental.
- A direção incentiva a criação de projetos interdisciplinares.
- Os professores não se sentem motivados para elaborar e desenvolver projetos interdisciplinares.
- Os projetos prevêem resultados práticos, concretos, que modifiquem a escola.
- Os projetos, em geral, têm uma dimensão apenas teórica, conteudística.

11. Com qual dessas vertentes, a Educação Ambiental praticada por você, mais se identifica?

- Uma vertente conservacionista e técnica conceituada como de treinamento, e na qual ocorre a transmissão de conceitos específicos e naturais, importantes em si mesmos, mas insuficientes.
- Uma vertente com uma visão mais utilitarista dos recursos naturais, uma vez que a Educação Ambiental constitui uma ferramenta de conhecimento e sensibilização frente às questões ambientais, entendendo-se a natureza como estando a serviço do ser humano.
- Uma vertente em que são considerados todos os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e históricos, dentro de uma visão integrada, necessária para a construção de uma sociedade sustentável, crítica e consciente.

12. Como você avalia a participação dos estudantes nas atividades de E. A.?

- Satisfatória Insatisfatória

13. De maneira geral, pode-se afirmar que a Educação Ambiental desenvolvida na Escola, tem contribuído para a mudança de atitude dos alunos?

- Sim Não Parcialmente

14. Você recebeu alguma formação voltada para a Educação Ambiental?

- Sim Não

15. Em caso positivo, que tipo de formação?

() _____
() _____
() _____
() _____

Palmas, _____ de _____ de 2010.
APÊNDICE 2

Levantamento sobre Educação Ambiental – EA nas Unidades Escolares – aplicado aos gestores

1. Identificação da Unidade Escolar

Nome da Unidade: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Distrito: _____
Município: _____ CEP: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

2. Modalidades de Ensino / N° de alunos:

- () Educação Infantil _____ alunos
() Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) _____ alunos
() Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) _____ alunos
() Ensino Médio _____ alunos
() EJA 1° Segmento _____ alunos
() EJA 2° Segmento _____ alunos
() EJA 3° Segmento _____ alunos
() Educação Profissional _____ alunos

3. Quantidade de Servidores:

- Diretor: _____
- Vice-Diretor: _____
- Coordenador Pedagógico: _____
- Coordenador Financeiro: _____
- Coordenador de Apoio: _____
- Coordenador de Recursos Tecnológicos: _____
- Serviços Gerais: _____
- Vigilante: _____
- Professores: _____
- Outros: _____

Considere o período dos últimos cinco anos para responder as questões abaixo:

- 4- A Escola tem como proposta pedagógica atividades ligadas à Educação Ambiental?
() sim () não

4.1. Em caso positivo, as atividades são realizadas com que frequência?
() diariamente () em datas especiais () mensalmente () _____

4.2. Estas atividades envolvem toda a Escola?
() sim () não () Quase sempre () Quase nunca

4.3. A comunidade participa destas atividades?
() sim () não () Quase sempre () Quase nunca

4.4- As ações realizadas foram previstas no PPP?
() sim () não () Quase sempre () Quase nunca

4.5-São atividades planejadas em projetos próprios?
() sim () não () Quase sempre () Quase nunca

5- Quais são as disciplinas que estão desenvolvendo atividades de E.A. na escola?

- | | |
|----------------|--------------------------|
| () português | () física |
| () matemática | () educação artística |
| () geografia | () línguas estrangeiras |
| () história | () ensino religioso |
| () biologia | () outras: _____ |
| () química | _____ |
| () ciências | _____ |

6 - Quais são os temas trabalhados nas atividades de E.A.?

- | | |
|----------------------|---------------------------------------|
| () água | () lixo |
| () flora | () saneamento |
| () solo | () caça e pesca predatória |
| () ar | () abastecimento de água |
| () queimadas | () problemas de segurança |
| () desmatamento | () nutrição |
| () poluição do ar | () higiene e saúde |
| () poluição sonora | () valores culturais, morais e ética |
| () poluição hídrica | () cidadania |
| () poluição visual | () melhoria do ambiente humano |
| () agrotóxicos | () outros: _____ |

7- Na opinião da equipe gestora da escola quais são os principais problemas ambientais existentes na escola/comunidade e no seu entorno?

8. Como a Escola avalia a participação dos estudantes nas atividades de E. A.?

- () Satisfatória () Insatisfatória

9. De maneira geral, pode-se afirmar que a Educação Ambiental desenvolvida na Escola, tem contribuído para a mudança de atitude dos alunos?

() Sim () Não () Parcialmente

10. As atividades de E.A. desenvolvidas na escola foram iniciativa:

() própria do professor () dos próprios alunos
() da direção da escola () de instituições externas
() da comunidade () Outros _____

11. Quais são os meios de comunicação utilizados pela escola para divulgar as atividades de E.A.?

() publicação () vídeos
() impressos () informática
() murais () outros: _____

12- Quantos professores possuem alguma formação específica em E.A.? (____)

13- Os cursos de formação específica foram de:

() Formação continuada () Curso de atualização
() Curso de especialização () Curso de mestrado
() Curso de doutorado

<i>Responsável pelo preenchimento</i>	
Nome:	_____
Cargo:	_____
Telefone de contato:	_____
E-mail:	_____ Data: ____/____/____
Obs:	_____

10.1. Em caso positivo, de que tipo de atividade você participou?

10.2- Caso tenha participado, você achou as atividades:

- interessantes
- muito interessantes
- algumas interessantes, outras não
- todas muito chatas

10.3- Caso tenha participado de alguma atividade de educação ambiental, de qual mais gostou? Por quê?

11. Na sua opinião, quais os principais problemas ambientais existentes na sua escola ou no bairro?

12. Qual a percepção que você tem de meio ambiente?

- Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado.
- Ambiente como recurso para ser gerenciado.
- Ambiente como um problema para ser resolvido.
- Ambiente como um lugar para se viver para conhecer e aprender sobre planejar e cuidar.
- Ambiente como projeto comunitário onde somos envolvidos.

Palmas, _____ de _____ de 2010.

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

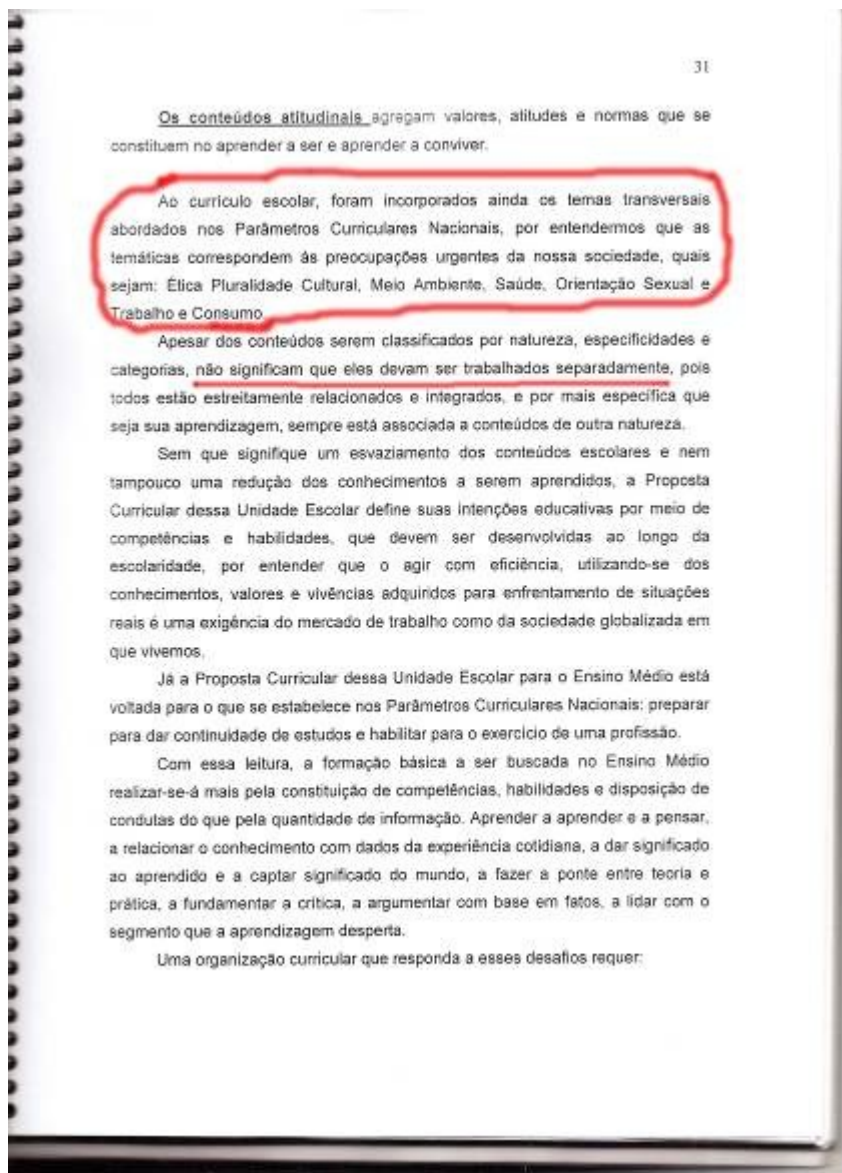
ROTEIRO DE ENTREVISTA

TÓPICOS A SEREM LEVANTADOS

- Que ações de EA a escola está desenvolvendo ou já desenvolveu?
- Quem coordena essas ações?
- Que professores mais participam?
- Quem escreve os projetos?
- Os projetos ficam arquivados na escola?
- Posso conhecer os projetos de EA da escola?
- Existem relatórios das ações desenvolvidas?
- Que tipo de evidência de realização das ações, a escola possui?
- Como os alunos reagem a essas atividades?
- Quais turmas mais participam dessas atividades?
- São atividades extra-curriculares?
- Posso conhecer o PPP da escola?
- A direção e coordenação apóiam os professores na realização das ações?
- Os professores costumam se reunir para discutir assuntos de EA?
- Podem me fornecer arquivos de fotografias?

ANEXO 1

Inserção do tema meio ambiente ou educação ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares



ANEXO 1 (cont.)

34

Um entrave, porém, se percebe neste aspecto: é difícil conduzir este processo pelo fato de o mesmo ainda não ter sido totalmente aceito pelo conjunto de professores não só do Colégio em pauta, mas de um modo geral, inclusive no que diz respeito ao Ensino Superior. É difícil se ter "tempo" para reunir com o outro, as disciplinas são "diferentes" e, por isso, não podem ser trabalhadas em conjunto e o tempo de "hora-atividade" é sempre insuficiente para se reunir com outros.

Contextualizar o conteúdo em sala de aula e na disciplina isolada é fácil, mas trabalhar com o outro, com poucas exceções é quase sempre uma tarefa impossível de ser realizada.

Não queremos dizer com isto que não se trabalhe interdisciplinarmente no Colégio, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para chegarmos ao que deveria já estar acontecendo em âmbito nacional.

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:

1º-Da base nacional comum do currículo deverão ser selecionados os conteúdos significativos e necessários para atender os objetivos do alunado da U.E, bem como para atingir o objeto real da educação.

2º-Toda a ação educativa se dará em torno do desenvolvimento de competências e habilidades pelo aluno do ensino fundamental e médio.

3º-Sendo o currículo o eixo estrutural do fazer pedagógico, os parâmetros Curriculares Nacionais e a matriz de referência e descritores do SAEB balizarão a prática pedagógica da U.E.

4º-Os temas transversais serão tratados a partir de atividades complementares ou em forma de projetos de ensino ou de aprendizagem desenvolvidos de forma interdisciplinar, porém integrados ao currículo.

5º-A parte diversificada constitui componente obrigatório do currículo escolar, de forma a permitir a articulação, o enriquecimento e a ampliação da base comum.

ANEXO 1 (Cont.)

20

Para que o educando tenha êxito no processo ensino-aprendizagem faz-se necessária uma constante atualização dos profissionais desta unidade escolar em cursos de formação continuada e acompanhamento pedagógico por área. Organização dos horários para uso da biblioteca e videoteca também ficará sob a responsabilidade das Coordenadoras Pedagógicas já que a escola não dispõe ainda de outras coordenações como também a elaboração dos projetos educativos; desenvolvimento de trabalhos de pesquisa onde se questione a necessidade da socialização dos conhecimentos adquiridos e experimentados por todos os alunos garantindo a participação de todos no processo de elaboração e execução dos mesmos. Entre os fatores que facilitam o processo ensino aprendizagem, cita-se a valorização das atividades realizadas pelos alunos e sua devida correção; o inter-relacionamento mais efetivo entre professores e alunos, a contextualização dos conhecimentos e a abordagem de temas transversais e atuais nas várias disciplinas.

3.2 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO CONTINUA:

A equipe desta unidade escolar concorda que o processo de avaliação deve ser compreendido como uma ação reflexiva do processo de aprendizagem e construção do conhecimento e que é essencial ao desenvolvimento sócio-afetivo e cognitivo do aluno. O processo de avaliação deve garantir a efetivação da aprendizagem do educando, considerando os quatro eixos estruturais da educação e as dimensões diagnóstica, formativas, somativa e emancipatória no decorrer de sua efetivação, havendo necessidade de avaliações bimestrais individuais e, sobretudo que estas avaliações sejam diversificadas, dando a oportunidade para que o aluno se auto-avalie como forma de respeitar o limite e a personalidade de cada um, sendo que a aprendizagem será acompanhada pelo professor conselheiro de cada turma.

Faz-se necessário ressaltar que a proposta de avaliação é respaldada pela política inclusiva e democrática de nosso Estado e legitimado pelo Regimento Escolar do Estado do Tocantins e consolidado pela LDB.

A equipe elaborou o conceito de avaliação e a pontuação necessária a garantir o acompanhamento e a aprendizagem do educando.

CONCEITO: A avaliação como ação reflexiva que permite melhorar o processo ensino-aprendizagem será organizada de modo contínuo visando diagnosticar as competências adquiridas pelo educando e a prática pedagógica utilizada na construção